

Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação

Social insert as a masters degree evaluation requirement

José Pedro Boufleuer¹

Resumo

O presente artigo começa recuperando os motivos apresentados pela CAPES para a proposição do Quesito Inserção Social como categoria de avaliação da pós-graduação. Na sequência reflete sobre a inserção social como uma dimensão inerente à boa pós-graduação que, aqui, é compreendida como sendo todo empenho, pontual ou sistemático, voltado para a supressão do hiato verificável entre a pesquisa e a aprendizagem, no âmbito da pós-graduação, e a sua aplicação, presença ou seu impacto, no âmbito da sociedade. Por fim, a inserção social é considerada como um importante enfoque avaliativo, para o que as diferentes áreas do conhecimento necessitarão estabelecer parâmetros capazes de identificar, em maior ou menor grau, sua presença na dinâmica da pós-graduação.

Palavras-chave: Universidade. Pós-graduação. Avaliação. Inserção social.

Abstract

The present article begins recovering the reasons CAPES presented for the proposition of Social Insert Requirement as category of masters degree evaluation. After that it goes into social insert as an inherent dimension to the good masters degree that, here, is understood as being every pledge, punctual or systematic, focused to the suppression of the verifiable hiatus between the research and the learning in the extent of the masters degree and its application, presence or its impact on society. Finally, the social insert is considered as an important assessment center for which the different knowledge areas will need to establish parameters capable to identify, in a higher or smaller degree, its presence in master degrees dynamics.

Keywords: University. Masters degree. Evaluation. Social insert.

1 Doutor em educação pela UFRGS; Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUI; e-mail: jospebou@unijui.edu.br.

A criação do Quesito Inserção Social como categoria de avaliação, que passa a constar ao lado de quesitos como produção acadêmica, corpo docente (qualificação e pesquisa), corpo discente (formação oferecida) e proposta do programa (recorte acadêmico e curricular e compromissos com desenvolvimento), expressa o reconhecimento oficial pela CAPES de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e que a ciência deve ter como alvo do seu desenvolvimento a melhoria das condições de vida. De outra parte, a proposição desse quesito não deve ser entendida simplesmente como uma categoria de novas atividades a serem exigidas dos programas de pós-graduação, mas como uma reflexão que se faz necessária acerca dos desafios que a produção científica e a formação acadêmica de excelência devem enfrentar em nosso país. Trata-se, em última instância, de um novo olhar a ser lançado sobre a pós-graduação *stricto sensu* do país, no sentido da verificação de sua presença e do seu impacto na e sobre a sociedade.

Se a proposição desse quesito como integrante da avaliação está sendo bem recebida pelas áreas e pelos programas que entendem ter vínculos fortes e explícitos com a sociedade, o desafio que agora se coloca é o de visualizar na inserção social uma dimensão pertinente e desejável à pós-graduação, passível de consideração no sistema de avaliação da CAPES.

1. Apresentação e justificativa do novo quesito

Num texto de três páginas², divulgado em 28 de agosto de 2007, Renato Janine Ribeiro, o então Diretor de Avaliação da Capes, começa apresentando o novo quesito pela indicação do seu peso na avaliação dos mestrados e doutorados acadêmicos (10%) e nos mestrados profissionalizantes (de 10 a 20%)³. Na sequência, afirma que essa inovação “[...] significa o reconhecimento oficial, pela Capes, de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e deve, assim, não apenas melhorar a ciência, mas também melhorar o país.” Em seguida, diz que “[...] o pressuposto da avaliação é que os docentes sejam pesquisadores de qualidade”, já que a “[...] boa pesquisa [...] é a pré-condição para a pós-graduação funcionar.” O eixo da pós-graduação, continua o texto, “[...] é a formação de bons mestres e doutores.” E com a introdução desse novo quesito a Capes quer

2 Disponível na Internet: http://www.conpedi.org/todas_noticias3.php?idNoticia=98

3 Hoje se sabe que a CAPES permitiria que esse percentual chegasse a 15% nos programas acadêmicos, desde que a área tivesse critérios capazes de oferecer a necessária objetividade para essa avaliação.

“[...] ver como esses mestres e doutores, bem como a pesquisa deles e de seus orientadores, atua em termos de desafios decisivos para a sociedade.”

Está implícito nessa justificativa que a “melhoria da ciência” e a “melhoria do país” poderiam, eventualmente, não ser processos articulados. Possivelmente isso não represente apenas um questionamento acerca do fazer da ciência, mas também um questionamento da própria universidade enquanto seu *locus* privilegiado. Já em relação à pós-graduação, fica o entendimento de que a sua função precípua é a pesquisa (de qualidade) e a formação de quadros profissionais (bons mestres e doutores). Mas, para além do fazer precípua da pós-graduação, propõe-se agora um olhar além, ou, como diz o texto do Diretor de Avaliação, “um passo adiante”. A dificuldade, no entanto, é apurar o olhar para identificar o que seria uma atuação da pós-graduação “em termos de desafios decisivos para a sociedade”.

Na direção do “quê” e “como” avaliar essa inserção social, o documento aponta para a “autonomia” das áreas: “cada uma das áreas do conhecimento define como entende a inserção social.” Mas, a título de sugestão, a Capes formula quatro exemplos de “impacto” com suas respectivas “indicações”:

1. Impacto tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; aumento da produtividade; disseminação de técnicas e conhecimentos que melhorem o desempenho econômico, respeitando e considerando seus efeitos sociais e ambientais;

2. Impacto educacional – contribuição para a melhoria do ensino básico, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. Um exemplo de contribuição nesse campo, passível de ocorrer em algumas áreas, seria a geração pelo programa de “livros-textos” para a graduação e de livros didáticos para o ensino fundamental e médio. Contudo, recomendamos também que esses trabalhos sejam pontuados positivamente, apenas quando forem excelentes ou muito bons. O objetivo desta ideia é estimular a produção de tais trabalhos só quando forem excelentes, uma vez que, se forem de qualidade média, não trarão nada de novo e, sempre, representam um esforço que afasta o professor de outras atividades prioritárias para o desempenho do programa, como a produção científica e orientação de alunos;

3. Impacto propriamente social – formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;

4. Impacto cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo.

Transcrevemos esses exemplos de impacto e de seus possíveis indicadores porque tais sugestões acabaram balizando fortemente os critérios de avaliação do quesito inserção social das diferentes áreas do conhecimento no triênio 2004-2006, conforme consta dos respectivos documentos no site da Capes⁴. Muitas áreas se ativeram à mera transcrição dessas sugestões, enquanto outras fizeram desdobramentos a partir delas. Para todos os efeitos, o entendimento das áreas acerca do significado de inserção social acabou sendo fortemente condicionado pelos exemplos oferecidos.

Antes de analisar o possível alcance dos exemplos de impacto social oferecidos pela direção da Capes, vejamos a continuidade do documento acima mencionado, quando se refere à questão da “extensão”, já que ela muito provavelmente viria a ser entendida como expressão dessa desejada inserção social. Diz o Diretor de Avaliação que frequentemente a extensão é considerada “a prima pobre” dentre as principais atividades de uma universidade de ponta. Mesmo que o segredo de uma boa instituição esteja na pós-graduação, em função da pesquisa e da formação de quadros, o documento reconhece a importância da extensão no âmbito do fazer de uma universidade. No que se refere ao novo quesito, porém, não interessaria a extensão pulverizada, mas a “[...] de impacto, planejada, eficaz na consecução de objetivos que transformem a sociedade.”

Seguem-se, então, alguns indicativos para distinguir o tipo de extensão a ser considerada. No caso do atendimento de doentes, por exemplo, não interessaria o número de pacientes atendidos, mas se o tipo de ação “revolucionou a rede de atendimento”, se produziu “transformação social”. Assim, interessaria o que modifica também em possíveis outras frentes de ação, como no ensino de ciências, mas, fundamentalmente, a modificação do conhecimento, pela capacidade de retroalimentação da pesquisa e da formação dessas ações de extensão. Não interessaria, portanto, a mera aplicação de conhecimentos de maneira repetitiva, o emprego, em grande escala, de algum tipo de ação bem sucedida. Mesmo sendo importantes, tais ações já não seriam as desejadas e a serem consideradas na avaliação da inserção social da pós-graduação.

Mesmo com as observações relativas ao tipo de ações (de extensão) a serem consideradas, o documento sugere que a inserção social da pós-graduação tenha a ver com a dimensão da extensão da universidade. Pode-se dizer que o documento expressa a consciência de que a pós-graduação deve articular-se com as três dimensões constitutivas da universidade, ou seja, com o ensino, a pesquisa e a extensão. Uma extensão não apenas no sentido de um “levar” o conhecimento ou a técnica, mas também, e especialmente, como disposição de aprender com a ação realizada sob a forma de retroalimentação da pesquisa e do ensino.

4 www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao/2284

2. Inserção social como uma dimensão inerente à pós-graduação

No documento da Capes, acima analisado, foram sugeridas como atividades de inserção social que interessam à pós-graduação as que possuem um potencial de retroalimentação da pesquisa e da formação. Ou seja, foram apontadas como desejáveis as ações de “transformação social”, capazes de modificar o conhecimento e, conseqüentemente, qualificar a pesquisa e a formação. Mas, será que a pós-graduação poderia ter uma qualidade boa sem essa inserção social? Como a pesquisa poderia ser boa e a formação ser de qualidade sem essa retroalimentação proveniente dos âmbitos da prática?

Na mesma linha podem ser feitos questionamentos a partir do que foi proposto no documento da Capes como exemplos de impacto tecnológico/econômico, educacional, propriamente social e cultural. Poderia a pós-graduação justificar-se sem proporcionar esses vários impactos? Ou, então, quais outras finalidades, que não essas, poderiam constar como finalidades da pós-graduação? E mais pontualmente: como se dedicar à pesquisa científica e tecnológica e à formação dos respectivos profissionais sem, através disso, disseminar técnicas e conhecimentos que melhorem o desempenho econômico do país? Poderia a pesquisa, numa determinada área do conhecimento, deixar de impactar na forma como esse mesmo conhecimento é trabalhado nos currículos dos diversos níveis de ensino, ou seja, sem gerar um impacto educacional? Em se tratando de produção de conhecimentos e formando quadros profissionais que dele são capazes de fazer uso, poderia a pós-graduação deixar de ter um impacto propriamente social? O impacto cultural não estaria no horizonte de um desenvolvimento cultural e artístico impulsionado pela pesquisa e pela formação humana presentes na pós-graduação? E, tomada a noção de cultura em sentido amplo, isto é, como o acréscimo que o homem faz à realidade, poderia a pós-graduação, que se coloca na fronteira de uma determinada área do conhecimento, deixar de produzir impacto cultural?

De fato, não parece uma novidade dizer que pesquisa de qualidade é aquela que considera a forma de aplicação do respectivo conhecimento e as eventuais dificuldades disso decorrentes. Ou, então, dizer que bons profissionais são os que efetivamente dominam um campo de conhecimento e as condições de sua aplicação prática. Também não parece novidade dizer que da pós-graduação se esperam impactos tecnológico-econômicos, educacionais, sociais ou culturais.

Assim, pode-se dizer que a proposição da “inserção social” como quesito de avaliação da pós-graduação não constitui propriamente “um passo adiante”, no sentido de um “além” de uma qualidade que já pudesse ser boa. Constitui, talvez sim, “um passo para dentro” da pós-graduação, no sentido do estabelecimento de um novo parâmetro qualificador, compreendendo-a como um fazer em que

necessariamente se articulam o ensino (formação), a pesquisa e a extensão ou inserção social. Em outros termos, a proposição da inserção social implica em situar a pós-graduação no âmbito das condições requeridas de todo e qualquer fazer universitário, o que, a princípio, não poderia causar maiores surpresas.

Decorre dessa linha de argumentação que o apresentado como exemplo ou indicativo de inserção social não passa de um fazer precípua da pós-graduação. Ou seja, todos os aspectos apontados como alvos da avaliação na ótica desse novo quesito já estão ou deveriam estar contemplados na avaliação que é feita da pesquisa e da formação na pós-graduação. Nessa direção, portanto, se concluiria que ou a pós-graduação é de qualidade, e conseqüentemente possui inserção social, ou não é de qualidade exatamente por não ter essa inserção. Falar de inserção social da pós-graduação, no limite, portanto, constituiria uma redundância⁵.

Para essa linha de reflexão que percebe a inserção social como dimensão constitutiva da pós-graduação convergiu um conjunto de manifestações de pesquisadores da área da educação da região sul do Brasil. Em evento promovido pelo Fórum Sul de Coordenadores de Programas da área, a VII ANPEDSUL, realizada em junho de 2008, em Itajaí, SC, a questão da “pesquisa e inserção social” foi refletida em mesas específicas nos 20 eixos temáticos em torno dos quais se organizou o evento⁶. Aproximadamente 60 reflexões foram apresentadas, cuja maior parte tendeu a identificar a inserção social com o próprio fazer da pós-graduação. Assim, como cumprimento por parte dos programas dessa dimensão, dentre outros, foram apontados:

- A realização de pesquisas que partem das realidades sociais ou das práticas sociais;
- Um sentido pedagógico inerente ao próprio fazer da pós-graduação, à medida que ela se ocupa com a formação cultural, com a socialização das novas gerações e com a formação de indivíduos;
- Um ocupar-se com questões da aprendizagem nas mais diversas áreas do conhecimento;
- Como o próprio esforço das áreas do conhecimento em explicitarem os seus objetivos, seus pressupostos, enfim, a sua contribuição para o progresso científico e cultural da sociedade humana.

5 Assim como é uma redundância dizer, por exemplo, que a educação deva ser “libertadora” ou “emancipadora”, isso porque, em sendo educação de verdade, ela só pode resultar em mais liberdade e maioridade (crescente) do sujeito que é educado.

6 As conferências apresentadas foram publicadas no livro “Pesquisa, educação e inserção social: olhares da região sul”, organizado por Luís Henrique Sommer e Elisa Maria Quartiero (Canoas: Ed. da ULBRA, 2008).

Pensar a inserção social como uma dimensão constitutiva do próprio fazer da pós-graduação parece bem plausível por tudo o que vimos até aqui. No entanto, com essa linha de reflexão, corre-se o risco de tornar obsoleta a própria discussão da questão, do que resultaria, por certo, a sugestão da supressão desse item do processo de avaliação dos programas. Haveria como manter a inserção social como quesito de avaliação sem ignorar tudo o que foi refletido acima? É essa questão que se pretende abordar a seguir.

3. Em busca de uma concepção de inserção social

Sem uma concepção ou definição que permita caracterizar determinadas ações como sendo de inserção social, será muito difícil garantir a presença desse quesito na avaliação que é feita da pós-graduação. Ou seja, é o conceito que permitirá estabelecer critérios para a qualificação, em maior ou menor grau, de um programa no que concerne a sua inserção social. Antes de avançar na proposição de um possível entendimento do que possa significar inserção social, especulemos quanto aos motivos que levaram a sua proposição como quesito de avaliação.

Acompanhando as avaliações nos últimos anos, não raras vezes parecia que a forma de melhorar o conceito de um programa era torná-lo asséptico em relação à sociedade, como que isolando os docentes e alunos em algum andar de um determinado prédio e esquecendo que o mundo ao redor existe. De fato, com uma avaliação centrada na produtividade de pesquisa, com uma competitividade crescente entre os próprios programas (vide Curva de Gauss aplicada aos resultados da avaliação de uma determinada área), a pós-graduação era praticamente induzida a transformar-se num “quisto de excelência”, alheio à dinâmica geral da universidade. Um programa enxuto, com poucos docentes e poucos alunos, escolhidos criteriosamente dentro de um universo grande de candidatos, parecia ser a receita de uma boa avaliação. Em contrapartida, dificuldades eram enfrentadas pelos programas maiores, com estrutura organizativa mais aberta e ações mais diversificadas, como também pelos programas com ações voltadas ao seu contexto regional e às demandas locais. A esses era imputada a marca “extensionista”, como se a pesquisa acadêmica se contrapusesse às ações de interação com a sociedade. Enfim, a tematização da inserção social pode ser vista como uma reação por parte da política pública a essa postura asséptica da pós-graduação em relação à sociedade, induzida, talvez, pelo próprio processo de avaliação. Com a criação do quesito inserção social se começa a sugerir que o reconhecimento acadêmico do pesquisador pelas suas conquistas implica, de alguma forma, a capacidade de comunicar ou de fazer valer seus “achados” junto à sociedade.

Quando agora se diz que para além de melhorar a ciência é preciso que a pós-graduação melhore o país, se está a sugerir uma espécie de hiato entre a pós-graduação e a sociedade. Sinaliza-se aí para uma defasagem entre o que seria o estágio de conhecimento alcançado no âmbito da academia e aquele que orienta ou articula a dinâmica da vida social da população em geral ou de grupos sociais específicos. A melhoria do país com a ajuda da pós-graduação, obviamente, só pode significar que os conhecimentos, as tecnologias e as percepções vigentes no meio acadêmico alcancem também os mais diversos estratos da vida social. De fato, pode-se argumentar que na atual conjuntura brasileira é bem perceptível essa defasagem entre o saber acadêmico e aquele incorporado na dinâmica da vida social. Trata-se, na verdade, de uma situação que depõe contra a pretensa qualidade da pós-graduação. Afinal, que pesquisa e formação seriam essas que não alcançam as instâncias ou os estratos sociais que as demandam?

Inserção social, nessa linha de raciocínio, vem a representar todo empenho, pontual ou sistemático, voltado para a supressão desse hiato verificável entre a pesquisa e a aprendizagem no âmbito da pós-graduação e a sua aplicação, presença ou seu impacto no âmbito da sociedade. Já a avaliação, por esse enfoque, implica em conferir se na dinâmica de um programa está presente essa atenção para com as demandas sociais. Trata-se, portanto, de um enfoque da política pública, da política de Estado, que passa a atribuir um diferencial aos programas que buscam a sua qualificação, em sintonia com as demandas de “transformação social”.

Considerada a atual conjuntura brasileira, trata-se de uma política de incentivo ou de indução a que os programas de pós-graduação se esforcem no sentido de que a sua dinâmica de produção do conhecimento e de formação de quadros se articule com a dinâmica social, alcançando-a de modo mais direto e imediato. A isso se pode acrescentar o entendimento de que é nesse âmbito da pós-graduação que essa desproporção entre o saber acadêmico e o saber que opera nas diversas instâncias da vida das populações é mais bem percebida.

A pós-graduação, como integrante do sistema educacional republicano, tem a obrigação de explicitar suas intencionalidades, não podendo, portanto, permanecer no nível das intenções implícitas ou das meras intuições relativamente ao seu fazer. Afinal, toda educação oficial deve apoiar-se em justificativas, em motivos ou razões que apontam para a sua pretensa validade no âmbito da sociedade. E é nessa direção que a inserção social é uma dimensão “cobrável” e avaliável da pós-graduação. Afinal, ela é feita por profissionais que devem ter a devida dimensão do seu trabalho e do “valor” do investimento que a sociedade faz junto a eles. Resulta disso que cada área do conhecimento e cada programa em particular devem explicitar o que acredita

ser o seu *metier*, dizendo com quais questões se ocupa e em que sentido seus temas de investigação interessam à sociedade, enfim, dizer como se apresenta uma “prestação de contas” em seu âmbito.

Realmente pode-se apontar para uma dificuldade histórica de a pós-graduação dizer à sociedade a que veio e de que maneira se vincula a ela e com suas demandas. Pelo visto, temos conseguido muito melhor fazer objetivações no âmbito das relações internas dos programas do que no âmbito das relações destes para com a sociedade. Sabemos muito bem medir o que é um programa de pós-graduação na comparação com outro, ou na comparação com o conjunto deles, mas temos enormes dificuldades para avaliar as relações de um programa com o seu entorno social. Certamente isso também ocorre com a avaliação que é feita das instituições, das universidades e dos demais programas acadêmicos. A dificuldade, a da academia em geral, é conseguir “se medir” na sua relação com a sociedade e que, na verdade, é uma dificuldade em “dizer-se” a ela. Considerando que a sociedade é quem, em última instância, financia a pós-graduação, certamente esta se encontra em débito com a sua “prestação de contas”.

É importante compreender que a proposição do quesito inserção social constitui uma necessária contrapartida à desejada inserção internacional da pós-graduação. Dela se espera, por um lado, a promoção do desenvolvimento científico de alto nível, paralelamente ou superior à produção acadêmica desenvolvida em outros países e, por outro, a capacidade de impactar a sociedade através de um fazer qualificado em que se articulam as dimensões da pesquisa, da formação e da transformação social. Disso resulta que a exigência de inserção social não constitui propriamente um passo além em relação ao fazer intrínseco da pós-graduação, muito menos uma dimensão que se oponha à realização de pesquisas em determinado campo de saber e à formação de quadros profissionais. O que se afirma é que o saber da pós-graduação deve, além de ser qualificado internacionalmente, estar sempre articulado com as necessidades sociais e comprometido com o desenvolvimento futuro.

Dito de outra forma, a apresentação do quesito inserção social não anula a busca pela excelência da produção, não desobriga o pesquisador da pós-graduação a desenvolver pesquisas e a produzir suas análises, a fazer a divulgação de seus estudos e, principalmente, não deixa de promover a formação acadêmica de excelência. O que se busca com a inserção social são elementos que possam identificar no Programa uma prática que evidencie seu compromisso social e resulte no fomento para novas pesquisas.

4. Inserção social da pós-graduação como um importante enfoque avaliativo

O que se tem com a proposição da inserção social como quesito de avaliação constitui um importante viés qualificador da pós-graduação. Mas, certamente a objetivação desse quesito se torna fundamental para que a sua avaliação não se baseie em subjetivismos, ou venha a produzir discrepâncias comprometedoras em seus resultados. É preciso, portanto, avançar na linha do estabelecimento de indicadores que possam pautar a avaliação desse quesito. O cuidado que é preciso ter, no entanto, é que esses indicadores não venham a comprometer a própria concepção de inserção social que lhe foi conferida nas reflexões acima.

Parece tranquilo que a inserção social não pode constar como um fazer a mais, opcional ou desejável, ou, então, como uma sobrecarga de trabalho que se passaria a exigir dos programas. Assim, só poderá constar e ser avaliada como uma expressão explícita da necessária dimensão social e política da pós-graduação, que em seu âmbito articula sujeitos, conhecimentos e práticas. É isso significa que, a princípio, nenhuma área está mais ou menos próxima da inserção social; que nenhuma área teria, a princípio, mais ou menos dificuldade de dizer como realiza a sua inserção social.

Mais do que quantidades, percentuais disso ou daquilo, trata-se de avaliar a capacidade de um programa explicitar a forma como articula em seu âmbito a contínua modificação do conhecimento, a formação de profissionais e as demandas de transformação social. Essa capacidade autorreflexiva deve vir acompanhada, obviamente, da indicação de ações pontuais ou continuadas, condizentes com o tamanho do programa e a respectiva área de conhecimento. Mas, se formos tentados a estabelecer um rol de ações, cuja existência o avaliador devesse conferir nos relatórios encaminhados, possivelmente a inserção social resultaria num “algo a mais” encontrável ou não em determinado programa, o que deporia contra a concepção de inserção social como dimensão inerente à pós-graduação.

Como, então, escapar dos subjetivismos sem resvalar num quantitativismo comprometedor do conceito de inserção social? E em que termos construir a necessária objetividade no processo de avaliação desse quesito?

Para fazer jus à concepção proposta, os indicadores de inserção social deverão estar articulados com as dimensões centrais da própria pós-graduação, ou seja, com o caráter das linhas de pesquisa e das temáticas trabalhadas; com os alunos acolhidos e sua inserção após o seu egresso; com as atividades complementares

dos docentes; com atividades outras que objetivem a articulação da pós-graduação com a sociedade em sentido de retroalimentação ou de recíproca fecundação entre o conhecimento acadêmico e as práticas sociais e culturais.

E como avaliar a inserção social sob essas dimensões, sem fazer disso uma mera reafirmação do já avaliado em outros quesitos? Para isso, torna-se fundamental o olhar do próprio programa. Em algum lugar do relatório o mesmo deverá explicitar como compreende a presença dessa dimensão de inserção social no conjunto de suas atividades. Ele deve indicar como percebe a articulação entre a pesquisa realizada, o trabalho de formação de quadros e a transformação social, numa dinâmica de transformação do próprio conhecimento com que trabalha. Junto a essa explicitação é necessário que o programa sinalize para ações pontuais ou continuadas em que essa inserção ocorre ou se realiza.

Na perspectiva da definição de uma processualidade de avaliação desse quesito nas diferentes áreas do conhecimento poder-se-ia fazer os seguintes indicativos. De posse de uma concepção de inserção social, ou minimamente acordados em relação ao seu alcance e significado, os programas deveriam apresentar o que entendem por realização, em seu âmbito, dessa dimensão da pós-graduação (o que poderia ser feito através do relatório anual, como já indicamos acima). Com isso, os avaliadores da respectiva área teriam o espectro das possibilidades de leitura e de ação em seu âmbito, a partir do que passariam a estabelecer formas de objetivação, mediante indicadores, capazes de garantir legitimidade à pontuação desse quesito. Seria garantido, assim, o sentido geral de inserção social da pós-graduação, as peculiaridades das diferentes áreas do conhecimento, as formas de compreensão da questão por parte dos programas e, por fim, parâmetros de avaliação do quesito minimamente universalizáveis.

Permanece, assim, o entendimento de que a inserção social é constitutiva de uma boa pós-graduação, não sendo, portanto, uma dimensão secundária ou dispensável. Não pode haver “programa 100%” sem essa inserção na dinâmica social. Um bom programa terá essa dimensão de forma muito lúcida, seja pela capacidade de fazer indicativos em relação a ela, seja pela capacidade de refletir acerca da forma como ela se faz presente em sua dinâmica. E isso pode ser objeto de avaliação, nos mesmos termos em que faz parte da avaliação a capacidade de um programa explicitar a sua proposta, enfim, dizer a que veio. O que se está sugerindo, por isso, é que o quesito inserção social seja avaliado de forma análoga à avaliação do quesito “proposta do programa”, com a diferença de que será pontuado. Afinal, uma proposta não é avaliada na ótica de uma coerência interna entre o que o programa se propõe a realizar, a forma como se estrutura e o que acaba fazendo?

Por fim, na direção aqui apontada, a inserção social já não é percebida como uma sobrecarga de trabalho para os professores ou alunos, nem como uma espécie de desvio em relação a tarefas que seriam propriamente essenciais à pós-graduação. No entanto, conseguir dizer de que forma o programa se articula com a sociedade, no sentido de perceber de modo articulado a sua vinculação com a transformação social, a modificação do conhecimento e a contínua qualificação dos processos de formação, passa a ser um sinal de qualidade indispensável.

Referências

SOMMER, Luís Henrique; QUARTIERO, Elisa Maria (Org.). **Pesquisa, educação e inserção social**: olhares da região sul. Canoas: Ed. da ULBRA, 2008. Disponível em: www.conpedi.org/todas_noticias3.php?idNoticia=98. Acesso em: www.capes.gov.br/avaliacao/criterios-de-avaliacao/2284

Recebimento em: 14/05/2009.

Aceite em: 20/05/2009.